

Factores de risco sísmico na perspectiva leiga



Ajustar a
legislação aos
valores daqueles
que precisam de
ser protegidos dos
perigos será uma
forma de dar lugar
a novos padrões
de relacionamento
entre ciência e a
sociedade.

Resumo¹
Discutem-se os pressu-
postos nos quais estão
ancoradas as representa-
ções sociais sobre o risco
sísmico.

Palavras-chave: Perigo; Risco; Avaliação;
Incerteza; Indeterminância.

“Indeterminância” e multidimen- sionalidade do conceito de risco

A dicotomia entre conhecimento científico e conhecimento leigo, juntamente com a imperfeição das predições científicas, colocam o público leigo numa situação de dupla prisão? (Beck, U., 2000). Simultaneamente, dependentes do conhecimento dos especialistas, mas com falta de confiança neles (Wynne, B., 1992). Sendo o resultado desta insegurança o medo – uma espécie de ansiedade que John Maguire (1996) refere.

A partir de uma análise estatística do dis-

curso recolhido em oito grupos focalizados conduzidos com público leigo obtivemos os resultados que de seguida se discutem. Num factor, designado “co-responsabilização” – o risco e a responsabilidade, a confiança e a segurança aparecem intrinsecamente intersectados, dando conta da responsabilidade individual, institucional e social dos actores envolvidos. Do estado ao cidadão, é atribuída importância à protecção civil e aos bombeiros na ajuda e informação; aos comités de ética na diferença de opiniões científicas, sobretudo para o caso das experiências científicas; às comissões de aconselhamento político, compostas pelos mais diversos actores, desde os especialistas aos psicólogos e sociólogos bem como a igreja, seguradoras, profissionais de comunicação e incluindo o cidadão comum. É ainda salientada, como medida de prevenção, a necessidade de regulamentação e fiscalização, pelas autarquias, na construção.

Um outro factor, designado “imagens –



memória”, revela-nos o conteúdo semântico das imagens associadas ao fenómeno sísmico, remetendo para pânico, medo, horror, morte, destruição e impotência pelo facto de não saber o que fazer e/ou por considerarem que o homem não tem capacidade para intervir na natureza. Este factor demonstra, ainda, um conhecimento quanto às diferenças geológicas entre as cidades de Lisboa e Porto no que diz respeito à propensão para sismos, e um conhecimento da incapacidade de previsão sísmica por parte dos cientistas, requerendo medidas de informação ao público, sobretudo de comportamento a ter em caso de perigo, nomeadamente os exercícios de simulação. São, também evidentes, noções de probabilidade (não condicionada), bem como são patentes as dúvidas quanto às vantagens de um alerta precoce em face do reduzido estado actual de conhecimento do público quanto ao fenómeno.

O entendimento intuitivo do risco emerge como conceito multidimensional, de acordo com as percepções das ameaças às relações sociais familiares tais como as estabelecidas nas comunidades e economias locais, mais do que com as ‘magnitudes numéricas de perigos físicos’ (Kahnenman, D. e Tversky, A., 1973), ou cientificamente definidos (Douglas, M., A. Wildavsky, 1982), conjugando, ainda, a noção de fatalidade e impotência face à natureza. O risco é, também, visto como um fenómeno de consciência e decisão, e não apenas como uma realidade do mundo externo aos indivíduos (Luhmann, N., 1993). Um diálogo entre peritos, partes interessadas, legisladores e público começa a ser reclamado, num esforço conjunto à concretização de três objectivos: incluir o conhecimento especializado em níveis de riscos e em métodos de redução, assegurar que as preocupações e os valores daqueles afectados pelas decisões em gestão dos riscos se-

jam integradas no processo de deliberação, e a ajustar as legislações aos valores e visões daqueles que precisam e querem ser protegidos dos perigos, promovendo uma maior consciencialização e co-responsabilização dos actores envolvidos no processo, dando lugar a novos padrões de relacionamento entre ciência e sociedade. 🌍

Bibliografia

- Beck, U., ‘Risk Society Revisited: Theory, Politics and Research Programmes’, In Barbara Adam, Ulrich Beck and Joost Van Loon (ed), *The Risk Society and Beyond. Critical Issues for Social Theory*. London, Sage Publications, 2000.
- Wynne, B., “Risk and Social Learning: Reification to Engagement”, In S. Krimsky and D. Golding (eds), *Social Theories of Risk*, New York, Praeger, 1992, pp. 275-97.
- Maguire, J., “The Tears Inside the Stone: Reflections on the Ecology of Fear”, In Scott Lash, Bronislaw Szerszynski & Brian Wynne (eds), *Risk, Environment and Modernity. Towards a New Ecology*, London, Sage Publications, 1996, pp. 169-188.
- Kahnenman, D. e Tversky, A., “On the psychology of prediction”, *Psychological Review*, 80, 1973, pp. 237-251.
- Douglas, M., A. Wildavsky, *Risk and Culture: an Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers*, Berkeley, University of California Press, 1982.
- Luhmann, N. Risk, *A Sociological Theory*, Berlin, New York, Walter de Gruyter, 1993.

¹Este trabalho resulta da dissertação de Tese de Doutoramento em Sociologia, Especialidade de Sociologia da Comunicação, Cultura e da Educação: “Estilos de pensamento nas concepções e percepções de risco. O risco sísmico em Portugal Continental. Da Previsão à Prevenção”; no âmbito de bolsa de doutoramento, no país e no estrangeiro (Programa PRAXIS XXI - BD/13399/97, FCT), e contou com a orientação do Professor Doutor Jorge Correia Jesuino, do ISCTE e Professor Doutor António Ribeiro, da FCUL.